

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAROBA

Período: JANEIRO A MARÇO DE 2016.

Em cumprimento as determinações legais, e, em observância ao que dispõe a Resolução TC nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Poder Executivo, criado através da Lei nº 304 de 13 de dezembro de 2001, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 1º trimestre do exercício de 2016, cujos resultados relatamos abaixo:

1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

O Plano Plurianual do Município para o trimestre 2014/2017 foi aprovado pela Lei Municipal nº 497 de 05 de novembro de 2013.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 foi aprovada através da Lei Municipal nº 525 de 09 de junho de 2015, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 533 de 23 de dezembro de 2015, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 38.500.000,00 (trinta e oito milhões e quinhentos mil reais)**, assim distribuídos:

Receitas Correntes	40.375.000,00
Receitas de Capital	1.805.000,00
Dedução do FUNDEB	(3.680.000,00)
TOTAL	38.500.000,00
Despesas Correntes	34.937.544,00
Despesas de Capital	3.195.506,00
Reserva de Contingência	366.950,00
TOTAL	38.500.000,00

2 – RECEITA E TESOURARIA:

2.1 – A receita arrecadada no período totalizou em **R\$ 8.665.315,35 (oito milhões seiscentos e sessenta e cinco mil trezentos e quinze reais e trinta e cinco centavos)**. Das fontes de receita destacam-se as transferências correntes, conforme demonstramos a seguir:



FONTES DE RECEITA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	309.307,17
Receita de Contribuições	-
Receita Patrimonial	37.791,41
Receita de Serviços	-
Transferências Correntes	9.161.963,95
Outras Receitas Correntes	4.248,84
RECEITAS DE CAPITAL	9.521.533,73
Alienação de Bens	-
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
DEDUÇÃO P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	(847.996,02)
TOTAL	8.665.315,35

A receita orçamentária acumulada até o período totaliza em **R\$ 8.665.315,35 (oito milhões seiscentos e sessenta e cinco mil trezentos e quinze reais e trinta e cinco centavos)**.

2.2 – As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 31/03/2016, importava em **R\$ 2.437.237,29 (dois milhões quatrocentos e trinta e sete mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos)**, assim distribuídas:

Caixa	252,79
Bancos c/ Movimento	810.991,05
Bancos c/ Vinculada	1.625.993,45
TOTAL	2.437.237,29

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Verificando o demonstrativo que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total de **R\$ 2.729.371,32 (dois milhões setecentos e vinte e nove mil trezentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos)**. As diferenças entre os saldos registrados na contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informadas através das conciliações bancárias.

2.3 – A receita extra-orçamentárias do período importou em **R\$ 1.677.728,81 (um milhão seiscentos e setenta e sete mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos)**, assim desdobrada:

INSS SAUDE	52.203,44
INSS	187,74
PENSÃO ALIMENTÍCIA	8.303,93
Salário Maternidade	2.344,67
ISS	14.614,08
IRRF	271.358,95
IRRF - SERVIÇOS	5,44
INSS	656.518,99
INSS- Retenção Notas Fiscais	390,50
Pensão Alimentícia	14.290,93
Empréstimo Consignado - Caixa Econômica	180.488,98
Empréstimo Consignado - Banese	484.050,37
Empréstimo Consignado - Banco Bmg	18.240,35
Empréstimo Consignado - Banco Gerador	1.350,00
Sintese	16.106,73
Sintasa	58,82
Sindsepi	9.756,32
Sinodonto	454,46
Famac-se	341,69
Outras Consignações	2.190,31
Faltas	4.135,84
Processo Judicial	570,46
Devolução	2.805,59
Soma:	1.677.728,81

3 – DESPESA

3.1 – A despesa empenhada no período atingiu o montante de **R\$ 32.970.931,31 (trinta e dois milhões novecentos e setenta mil novecentos e trinta e um reais e trinta e um centavos)**. O total de despesas liquidadas no período, decorrentes de empenhos deste trimestre, importou em **R\$ 7.846.906,24 (sete milhões oitocentos e quarenta e seis mil novecentos e seis reais e vinte e quatro centavos)**. Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas neste período a importância de **R\$ 7.406.534,08 (sete milhões quatrocentos e seis mil**

quinhentos e trinta e quatro reais e oito centavos). Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Período	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Paga (R\$)
Até o trimestre anterior	0,00	0,00	0,00
Neste trimestre	32.970.931,31	7.846.906,24	7.406.534,08
Acumulado	32.970.931,31	7.846.906,24	7.406.534,08

3.2 - A despesa extraorçamentária do período totalizou em **R\$ 1.706.869,81 (um milhão setecentos e seis mil oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos)**, assim discriminada:

Salário Família	15.060,70
SALÁRIO FAMÍLIA	174,96
ISS	13.202,07
IRRF	177.431,90
INSS	749.174,99
INSS- Retenção Notas Fiscais	19.897,65
Pensão Alimentícia	40.121,66
Empréstimo Consignado - Caixa Econômica	183.315,26
Empréstimo Consignado - Banese	493.617,86
Empréstimo Consignado - Banco Bmg	19.386,17
Empréstimo Consignado - Banco Gerador	2.700,00
Sindsepi	4.624,44
Faltas	2.797,81
Processo Judicial	600,00
Soma:	1.706.869,81

3.3 – Foram abertos no período créditos adicionais no montante de **R\$ 8.581.210,30 (oito milhões quinhentos e oitenta e um mil duzentos e dez reais e trinta centavos)**. Para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

Créditos Suplementares	8.581.210,30
Créditos Especiais	0,00
Crédito Extraordinário	0,00
TOTAL	8.581.210,30

3.4 – DOAÇÕES

No período em exame, considerando a despesa efetivamente liquidada, observa-se que a Prefeitura aplicou recursos da ordem de **R\$ 41.197,20 (quarenta e um mil cento e noventa e sete reais e vinte e centavos)** com doações a pessoas carentes, assim distribuídos:

Auxílio Financeiro	12.600,00
Outros Auxílios	28.597,20
TOTAL	41.197,20

Observamos a existência da Lei Municipal nº 376, de 25 de abril de 2005, que autoriza a destinação de recursos públicos para doações a entes privados, conforme estabelece o art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF).

3.5 – DIÁRIAS

No período foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos no valor de **R\$ 6.629,00 (seis mil seiscentos e vinte e nove reais)**. Estas diárias vêm sendo pagas com base nos valores fixados no Decreto Municipal nº 23, de 01 de maio de 2013.

3.6 – FRETES E TRANSPORTE DE PESSOAS

Não houve despesas com fretes neste período.

4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

4.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a atual legislatura foram fixados através da Lei 468-A de 24 de setembro de 2012, em **R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**, **R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)** e **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, respectivamente.

4.2 – DESPESA COM O PODER LEGISLATIVO

O total da despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses efetuados até o período em exame, atingiu o montante de **R\$ 318.685,80 (Trezentos e dezoito mil seiscentos e**

oitenta e cinco reais e oitenta centavos). Levando-se em consideração o valor já transferido e o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A da Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior), que equivale a **R\$ 1.274.743,22 (um milhão duzentos e setenta e quatro mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos).**

4.3 – GASTOS COM O ENSINO

4.3.1 – APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Os gastos totais com a manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram, até o período em análise, o montante de **R\$ 1.478.413,05 (um milhão quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e treze reais e cinco centavos)**, equivalentes a **32,64% (trinta e dois vírgula sessenta e quatro por cento)** da receita resultante de impostos e transferências, conforme quadro abaixo:

GASTOS COM MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
Receita de impostos e transferências	4.529.718,27
Valor Aplicado na Manut. e Desenv. do Ensino	1.478.413,05
Percentual aplicado	32,64%
Superavit	345.983,48

O valor aplicado até o período é superior ao limite mínimo estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal.

4.3.2 – REPASSES PARA O MDE

O valor total repassado para a conta MDE (art. 4º, da Resolução TC nº 209/01) até o período em análise, importou em **R\$ 203.006,83 (duzentos e três mil seis reais e oitenta e três centavos)**. O valor repassado é superior ao total devido, conforme verificamos no quadro abaixo:

REPASSE PARA O MDE	
5% da arrecadação do FPM/ICMS/ITR/IPI exp	4.239.981,05
25% da arrecadação de demais receitas e transferências	289.737,22
Valor total a ser repassado	284.433,36
Valor repassado ao MDE	487.440,19
SUPERAVIT	203.006,83

4.3.3 – FUNDEB



Do total da receita do FUNDEB arrecadada até o período, foram utilizados **R\$ 3.599.918,76 (três milhões quinhentos e noventa e nove mil novecentos e dezoito reais e setenta e seis centavos)**, na remuneração de profissionais do magistério. Este valor equivale a **94,32% (noventa e quatro vírgula trinta e dois por cento)** do total arrecadado, estando, portanto de acordo com o que estabelece o art. 7º, da Lei Federal nº 9.424/96, conforme constatamos no demonstrativo abaixo:

GASTOS COM FUNDEB – 60%	
Receita do FUNDEB	3.599.918,76
60% da receita do FUNDEB	2.159.951,26
Valor aplicado na remuneração do magistério	3.395.401,60
Superávit	1.235.450,34

4.4 – GASTOS COM A SAÚDE

Os gastos totais da administração com ações e serviços públicos de saúde, até o período em análise, totalizou o montante de **R\$ 771.319,47 (setecentos e setenta e um mil trezentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos)**, equivalentes a **17,02% (dezessete vírgula dois por cento)** da receita resultante de impostos e transferências, conforme quadro abaixo:

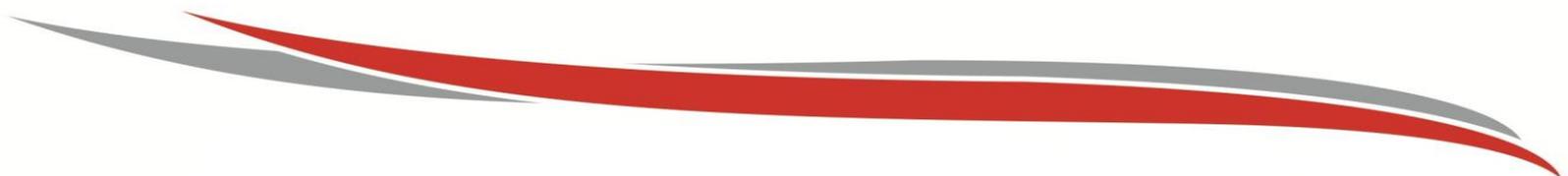
GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	
Receita de impostos e transferências	4.529.718,27
Valor aplicado em ações e serviços de saúde	771.319,47
Percentual aplicado	17,02%
Superávit	91.681,73

O valor aplicado até o período é superior ao limite mínimo estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/2001.

4.5 – DESPESA TOTAL COM PESSOAL

A despesa total com pessoal até o período em análise, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encontra-se adequada ao limite imposto pela referida legislação. O detalhamento dos valores da Receita Corrente Líquida e da Despesa com Pessoal será apresentado no próximo Relatório Trimestral de Auditoria, cujos dados serão obtidos através do Relatório de Gestão Fiscal, publicado semestralmente, conforme preceitua o art. 54 cc o art. 63, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5– CONCLUSÃO



Pela análise dos documentos postos à nossa disposição, concluímos que os procedimentos adotados pelo órgão, de uma maneira geral, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

ESTE É O RELATÓRIO

Indiaroba/SE, 29 de abril de 2016.



Jineilson dos Santos
Secretário Municipal de Controle Interno